

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO 24.665/2020 SMI.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE ELEMENTOS DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DA RUA PADRE ANTONIO CARLOS CARVALHO LEITÃO NO BAIRRO BOLAXA.

EDITAL

RDCp N° 002/2020

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação na data, horário e local indicados, destinada à contratação do objeto citado no subitem 1.1. deste Edital e seguirá todos os procedimentos descritos no mesmo e em seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei Federal nº 12.462, de 04/08/2011, publicada em 05/08/2011, ao Decreto Federal nº 7.581, de 11/10/2011, publicada em 13/10/2011, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, bem como à legislação correlata, demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

MODALIDADE: Regime Diferenciado de Contratações Públicas

FORMATO DE REALIZAÇÃO: Presencial

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA: Combinado, fechado até a apresentação das propostas e aberto na fase de lances.

REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA: Empreitada por Preço Global

RECURSO: Fase única

Os interessados deverão apresentar os envelopes N° 01 (PROPOSTA DE PREÇO) e N° 02 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) até às **10:00 (dez horas) do dia 08 de janeiro de 2021**, no Salão Nobre - GABEX, situada no Largo João Fernandes Moreira, s/n°, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

INDICE

01	DO OBJETO	03
02	PARTICIPAÇÃO	03
03	DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	04
04	DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES, DA IMPUGNAÇÃO, DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E ACESSO AO EDITAL	05
05	CREDENCIAMENTO	06
06	DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	07
07	DA PROPOSTA – ENVELOPE 01	08
08	DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
8.1	HABILITAÇÃO JURÍDICA	10
8.2	REGULARIDADE FISCAL	10
8.3	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA	11
8.4	HABILITAÇÃO TÉCNICA	12
8.5	DECLARAÇÕES	14
09	DA AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	15
10	DO RECEBIMENTO	15
11	DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO	15
12	DO JULGAMENTO	17
13	DO DESEMPATE	17
14	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	18
15	DA HOMOLOGAÇÃO	19
16	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o serviço de pavimentação e implantação de elementos de drenagem pluvial na Rua **Padre Antonio Carlos Carvalho Leitão no Bairro Bolaxa**, com fornecimento de todo e qualquer material necessário a boa execução dos serviços, bem como com fornecimento de toda mão de obra pela contratada, conforme Projeto Anexo I (Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro), que fazem parte integrante deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente RDC qualquer empresa interessada que, na fase de habilitação, individualmente ou em consórcio, comprove possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e Anexos.

2.2. Não poderão participar da presente licitação:

- a) Os interessados que, no âmbito do Município do Rio Grande (RS), estejam temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, seja em face do disposto no Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02;
- b) Os interessados que, no âmbito de qualquer ente federativo, estejam declarados como inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, seja em face do disposto no Inciso IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02;
- c) Os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei n.º 8.666/93;
- d) Os interessados sob processo de Concordata ou Falência;
- e) Os interessados que sejam constituídos em Cooperativas de trabalho, em conformidade com o Termo de Compromisso de Ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município do Rio Grande;
- f) Os interessados que tenham elaborado projeto básico ou executivo correspondente;
- g) Os interessados que participarem de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente;
- h) Os interessados dos quais o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado;
- i) O Servidor empregado ou ocupante de cargo em comissão da Prefeitura Municipal do Rio Grande;

j) Os interessados que possuam em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação;

3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

3.1. Será admitida a participação de consórcios, desde que atendidas as seguintes condições:

3.2. As empresas consorciadas apresentarão, obrigatoriamente, instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação do nome do consórcio e indicação da empresa líder, que será a responsável principal perante a Prefeitura Municipal, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do contrato.

3.3. Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto deste RDC.

3.4. Responsabilidade solidária das empresas consorciadas perante a Administração, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases do chamamento quanto na execução do contrato.

3.5. Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da vigência ou execução das obras/serviços, objeto do contrato, além da obrigação solidária das empresas consorciadas em relação à garantia prevista no art. 618 do Código Civil.

3.6. Qualquer substituição de consorciado na constituição do Consórcio somente será possível mediante aprovação da Prefeitura Municipal e manutenção das condições de habilitação previamente atestadas.

3.7. Apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

3.8. Demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos no instrumento convocatório.

3.9. O Patrimônio Líquido ou Capital Social, solicitado neste Edital, será preenchido pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

3.10. Uma empresa não poderá participar da licitação de forma isolada e em consórcio, simultaneamente, nem em mais de um consórcio.

4. DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DA IMPUGNAÇÃO, DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E ACESSO AO EDITAL.

4.1 O certame será processado e julgado pela COMISSÃO, que terá, em especial, as seguintes competências:

- a) processar a licitação, receber e responder a pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório;
- b) receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- c) desclassificar propostas nas hipóteses previstas no subitem 14.4 deste Edital;
- d) receber e examinar os documentos de habilitação, declarando habilitação ou inabilitação de acordo com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- f) dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;
- g) encaminhar os autos da licitação à autoridade competente e propor a adjudicação do objeto, a homologação da licitação e a convocação do vencedor para a assinatura do CONTRATO;
- h) propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;
- i) propor à autoridade competente a aplicação de sanções por problemas ocorridos durante a licitação.

4.1.1 É facultado à COMISSÃO, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

4.1.2 É facultado à COMISSÃO, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar as medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

4.1.3 Caberá ao Presidente da COMISSÃO a condução da sessão pública de que trata o item 12, ficando preservadas todas as demais competências e atividades da COMISSÃO previstas neste Edital.

4.2 Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, podendo a petição ser encaminhada via e-mail, no endereço licitacoes.rg@gmail.com, ou por meio do sítio da Prefeitura Municipal do Rio Grande (www.riogrande.rs.gov.br)

4.3. Os licitantes deverão acompanhar a divulgação de todos os atos publicados no sítio da Prefeitura Municipal (www.riogrande.rs.gov.br - Edital de Licitações) referentes a esta licitação.

4.3.1. A divulgação de informações referentes a esta licitação e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados no portal desta prefeitura – www.riogrande.rs.gov.br .

4.4. Até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá encaminhar solicitação de esclarecimento sobre as condições e especificações deste Edital.

4.4.1. Quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados via e-mail, para licitacoesrg@gmail.com.

4.5. Os interessados poderão acessar este edital, no Portal da Prefeitura do Rio Grande, através do endereço eletrônico www.riogrande.rs.gov.br – Editais e Licitações.

5. CREDENCIAMENTO

5.1 – Os representantes dos licitantes, titular da empresa ou preposto, deverão comparecer à sessão pública do RDC munidos de procuração pública ou particular, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente acompanhado do documento de identidade do representante, para credenciamento junto à CGL, com os seguintes requisitos:

a) a condição de titular deverá ser comprovada através do ato constitutivo, estatuto ou contrato social acompanhado da ata de eleição da última diretoria, se for o caso, devendo conter o nome do representante do licitante, e os poderes para exercer direitos e assumir obrigações contratuais em nome da empresa;

b) a condição de preposto deverá ser comprovada através de procuração que deverá ter firma reconhecida em cartório, e conter os poderes para formular verbalmente lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação, em nome do licitante, e conter os poderes para formular verbalmente lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação. A procuração deve vir acompanhada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social para verificação de que o outorgante da procuração tem poderes para tal. Poderá ser utilizado o modelo constante no Anexo III, desde que, devidamente preenchido e com firma reconhecida em cartório.

5.2. - É vedada a representação de mais de um licitante por um mesmo representante legal ou procurador no processo licitatório, sob pena de exclusão dos licitantes do processo.

5.3. - É vedada a representação de mais de um representante legal ou procurador por empresa licitante no processo licitatório.

5.4.- Instaurada a sessão, os licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo preencher e assinar a declaração em modelo fornecido pela CGL. Modelo Anexo IV.

5.5. - As credenciais e as declarações de que tratam item 5 e subitem 5.8 devem ser apresentadas em separado dos envelopes n°s 01 e 02 e serão anexadas ao processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.5.1. - Não poderá participar do certame a licitante que não enviar um representante legal ou procurador para representá-la no processo licitatório, ou que este não comprove estar credenciado para representar a licitante.

5.5.2.- A ausência sem permissão do Credenciado em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão do licitante por ele representado.

5.6. - Fica ciente o licitante que a CGL não se responsabilizará por qualquer atraso na entrega dos envelopes.

5.7.- As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 5., uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo VII deste edital.

5.8. O Termo de Credenciamento, a Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) devem ser entregues diretamente ao Presidente da CGL, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 6 .

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A proposta e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em dois invólucros na data e hora previstas no preâmbulo deste Edital, da seguinte forma:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A proposta será apresentada em 01 (uma) via e a documentação de habilitação também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Salão Nobre - GABEX, situada no Largo João Fernandes Moreira, s/nº, Centro, Nesta, Nesta, com os seguintes dizeres:

PROPOSTA DE PREÇOS

INVOLUCRO Nº 01: RDC Nº 002/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ELEMENTOS DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA PADRE ANTONIO CARLOS CARVALHO LEITÃO NO BAIRRO BOLAXA.

PROPONENTE:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

INVÓLUCRO 02: RDC Nº 002/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ELEMENTOS DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA PADRE ANTONIO CARLOS CARVALHO LEITÃO NO BAIRRO BOLAXA.

PROPONENTE:

6.1. Os documentos de habilitação e os documentos da proposta deverão ser apresentados em seus envelopes respectivos, em uma única via, encadernados ou agrupados de forma que possam ser manuseados sem possibilidade de dispersão, não devendo assim serem unidas por clips, grampo simples ou atilho, numerados sequencialmente em ordem crescente e rubricados pelo representante legal do proponente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, independentemente da existência de mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que o último caderno reflita a quantidade de folhas de cada envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.

6.1.1. Os atestados, declarações ou certidões emitidas por outro órgão público ou privado deverão possuir o timbre e elementos de identificação e validação do órgão emissor.

6.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos nos envelopes I – PROPOSTA DE PREÇO e II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou ainda com irregularidades, serão desclassificadas/inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

6.3. A (s) proposta(s) e documentos de habilitação da empresa com melhor oferta, será(ão) rubricados pelos membros da CGL e pelos representantes legais das licitantes presentes a sessão.

6.4. Após o início da sessão, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente motivado e comprovado a ser avaliado pela CGL.

6.5. Ultrapassada a fase de abertura e avaliação das propostas, não caberá DESCLASSIFICAÇÃO por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

6.6. É facultada a CGL ou a autoridade superior, em qualquer fase deste, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes apresentados.

7. DA PROPOSTA - ENVELOPE 01

7.1 A proposta financeira apresentada em papel termo sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes será desclassificada.

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.2. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

7.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, 02 (dois) algarismos após a vírgula.

7.4. A título de apresentação de percentual de desconto não serão aceitos algarismo após a vírgula.

7.4.1. Durante a fase de lances a critério do Presidente da CGL poderá ser aceito desconto com até 01 (uma) casa após a vírgula.

7.5 Prazo de validade de 60 (sessenta) dias. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 dias.

7.6 Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

7.7. Proposta comercial indicando o **valor global e o Percentual (%) de desconto ofertado conforme valor constante Anexo I**, em algarismos, de forma clara e precisa, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas e rasuras, devendo obrigatoriamente conter também o que segue:

7.7.1. A empresa que apresentar desconto igual a zero terá sua proposta desclassificada.

7.7.2. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório. (Lei nº 12.462 de 04/08/2011, Art 19, § 3º)

7.8. Deverá acompanhar a Proposta a Planilha Orçamentária indicando os valores unitários e totais de cada serviço, bem como o BDI utilizado.

7.9. Deverá acompanhar a Proposta o cronograma físico – financeiro e o orçamento discriminado estimado deverão ser apresentados conforme tabelas sugeridas, em anexo, com medições mensais, conforme Cronograma em anexo.

7.10. Deverá acompanhar a Proposta Declaração indicando o preposto que representará a empresa durante a vigência do contrato.

7.10.1. A Declaração que se refere o Item 7.10. deverá conter: Nome completo do indicado sem abreviaturas, nº da Cédula de Identidade, nº CPF, assinatura do representante legal da licitante, Carimbo da empresa com CNPJ e data.

7.11. Deverá constar na proposta dados bancários, endereço, telefone e e-mail da empresa licitante.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual.

8.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

8.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir:

8.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

8.1.5. No caso de Consórcios, Instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, conforme exigências do item 3. e subitens seguintes

8.1.6. OBS.: Os documentos relacionados neste item (8.1), não precisarão constar do "envelope documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Processo.

8.2. REGULARIDADE FISCAL

8.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

8.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

8.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

8.2.4 – Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

8.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

8.2.6 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

8.3 Qualificação Econômico - Financeira

8.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

8.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último o exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com:

a) indicação do nº do Livro Diário com numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

b) Termo de Abertura e Encerramento.

c) número de registro na Junta Comercial

d) Notas explicativas (§ 4º e 5º do artigo 176 da lei 6.404/76).

e) Demonstração de Resultado do Exercício e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

8.3.2.1. Poderá ser apresentado em substituição ao exigido no Item 7.3.2 escrituração contábil digital – SPED conforme Decreto 8.683/25/02/2016, e deverá obrigatoriamente conter o que segue:

a) Termo de Autenticação com identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil)

b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED Contábil)

- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED Contábil)
- e) Notas explicativas

8.3.2.2. Para Sociedade Limitada poderá ser apresentada cópia autenticada da publicação em diário oficial das demonstrações contábeis (letras “c”, “d” e “e”) em substituição ao SPED Contábil (letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”).

8.3.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez e pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.3.3.1. Os índices devem ser apresentados obrigatoriamente, assim como calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

8.3.4. Caso a empresa não atinja os índices exigidos no Item 7.3.3, esta deverá apresentar comprovação de que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor ofertado no último lance.

8.4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

A habilitação técnica será dividida em duas partes: a) capacidade técnico-operacional das empresas; b) capacidade técnico-profissional dos profissionais ou responsáveis técnicos:

8.4.1. DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

8.4.1.1 A qualificação técnica da licitante será preenchida pela apresentação dos seguintes documentos:

8.4.1.2 Certidão de Registro ou Inscrição de Regularidade de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física (responsável técnico indicado conforme Item 7.4.2.1.) no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CREA, e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU, válido na data da licitação;

- Para empresas não domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul será exigido, pela ocasião da assinatura do contrato, o visto do CREA/RS ou do CAU/RS, conforme o caso.

8.4.1.3 Capacidade Técnica Operacional – Será demonstrada através da apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica da empresa, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou atividade compatível em características, quantidades e prazos com os serviços ora licitados.

*Somente serão admitidos atestados, declarações ou certidões referentes a objetos devidamente concluídos até a data de apresentação das propostas

8.4.2. DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

8.4.2.1 Indicação de profissional de nível superior, com apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s), através de Certidão de acervo Técnico – CAT no CREA ou CAU que comprove(m) sua responsabilidade técnica na execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto ora licitado através de:

- a) em se tratando de profissional(ais) pertencente(s) ao quadro permanente da empresa, apresentar Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física CREA/CAU, onde fique claro que o(s) profissional(ais) se enquadra(am) como Responsável(veis) Técnico(s) da empresa licitante.
- b) em se tratando de profissional(ais) sem vínculo com a licitante, apresentar declaração de indicação de profissional de nível superior que será responsável técnico pela execução dos serviços objeto do presente certame.

Obs: A declaração acima descrita deverá conter o número de registro do(s) profissional (ais) junto ao CREA/CAU e o número de seu(s) CPF(s) e deverá ser apresentada com assinatura do representante legal da empresa e do(s) técnico(s) indicado(s).

- Por ocasião a assinatura do contrato, será exigida comprovação de vínculo, com a empresa vencedora, do(s) profissional(ais) indicado(s) como responsável(ais) técnico(s), da seguinte forma: "se empregado(s) através de cópia da carteira(s) de trabalho e previdência social; se sócio(s) da empresa através de cópia do contrato social e se autônomo(s) através de contrato(s) de prestação de serviços, celebrado(s) de acordo com a legislação civil comum".
- Somente serão admitidos atestados, declarações ou certidões referentes a objetos devidamente concluídos até a data de apresentação das propostas.

- No caso de substituição de profissional durante a execução dos serviços, o novo contratado responsável deverá possuir acervo técnico equivalente ao utilizado neste Processo Licitatório.
- Os atestados deverão identificar, quanto aos serviços executados, seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, bem como os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

8.4.2.2. A licitante responde pela autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos e apresentados.

8.4.3 DA VISITA TÉCNICA

8.4.3.1 Deverá constar do envelope 01 - Habilitação. Atestado de Visita ao Local da Obra ou declaração em que a licitante assume total responsabilidade pela não realização da referida visita.

- O Licitante poderá declinar do direito de realizar a Visita Técnica, nos termos do Acórdão 409/2006 – TCU – Plenário. Nesse caso, deverá apresentar declaração de declínio do direito de realizar a visita técnica e de ter conhecimento integral das condições do local da execução do serviço, sob pena de inabilitação. Para tanto, deve utilizar-se da minuta constante do Anexo V.
- A declaração referida no subitem anterior isenta a Prefeitura Municipal do Rio Grande de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento, por parte do Licitante, das condições da execução das obras e serviços, não sendo admitida qualquer alegação posterior
- Em nenhuma hipótese poderá o Licitante alegar a insuficiência de dados e informações sobre o local e as condições pertinentes ao objeto do CONTRATO.

8.4.3.2 Caso opte em realizar a visita está deverá ser procedida por representante devidamente habilitado e deverá ser efetuada em horário de expediente, até o dia anterior ao dia marcado para o recebimento dos envelopes de “documentos de habilitação” e “documentos de Proposta de Preço”, devendo ser agendada com:

Cleiton Massia – (53) 99969-7268 e (53) 3233.6088

8.5. - DECLARAÇÕES

8.5.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos- Modelo Anexo V.

8.5.2. Declaração expedida pelo próprio licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação em processo licitatório, devidamente datada e assinada. - Modelo Anexo VI.

8.5.3. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal – Modelo Anexo VIII.

9. DA AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE

9.1 A documentação exigida deverá ser apresentada

- a) no original (não serão devolvidos).
- b) por qualquer processo de cópia autenticada.
- c) por publicação da imprensa oficial.
- d) ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

9.2 Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data marcada para abertura dos envelopes.

9.3 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos no Salão Nobre - GABEX, situada no Largo João Fernandes Moreira, s/nº, Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

10.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

11. DA ABERTURA, DO PROCESSAMENTO.

11.1. A abertura das propostas será realizada no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

11.2. A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei Federal nº 12.462, de 04/08/2011, publicada em 05/08/2011, ao Decreto Federal nº 7.581, de 11/10/2011, publicada em 13/10/2011, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 sendo observados os seguintes procedimentos:

- a) recebimento dos documentos para credenciamento dos representantes dos licitantes e dos envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação dos licitantes;
- b) abertura dos envelopes contendo as propostas, e sua verificação promovendo-se a desclassificação daquelas que não atenderem às exigências deste Edital e a classificação provisória das demais;

c) abertura de oportunidade para lances verbais e sucessivos dos representantes dos licitantes, da seguinte maneira:

c.1) os lances verbais e sucessivos devem ter valores distintos e crescentes, a partir do autor da proposta menos vantajosa, a critério do Presidente da CGL poderá ser aceito lance com até 01 (uma) casa após a vírgula.

c.2 a desistência de apresentação de lances verbais, quando convocado pelo Presidente da CGL, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais, mantendo-se a última proposta por ele apresentada para efeito de ordenação, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances, sempre que esta for coberta;

d) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá à CGL decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;

e) abertura do envelope contendo os documentos de habilitação apresentado pelo licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

f) rubrica dos documentos pela CGL e representantes dos licitantes;

g) suspensão da sessão para envio dos documentos de qualificação econômico financeira e planilha orçamentária readequada ao último lance da empresa classificada como melhor proposta ao setor responsável para análise;

h) elaboração de ata da sessão, com assinatura pelo Presidente, Membros e Representantes dos licitantes;

i) a empresa de melhor proposta deverá apresentar uma nova proposta adequada ao valor do último lance ofertado, acompanhada de Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e Benefício e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais (ES), com a sua composição detalhada, o desconto apresentado pela licitante no último lance deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento;

j) reabertura da sessão para deliberação sobre a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar ou sobre sua inabilitação;

k) as demais licitantes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer e deverá ser registrado em Ata ou anexo;

l) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante, durante a sessão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto desta licitação pelo Presidente ao vencedor após análise positiva de Planilhas e Cronograma;

m) em caso de inabilitação da licitante melhor colocada será feita a reabertura da sessão, tantas vezes se faça necessário para a abertura do envelope contendo os documentos de

habilitação dos licitantes sucessivos na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda às exigências do edital;

n) nas situações previstas nas alíneas “d” e “m” deste subitem, a CGL poderá negociar diretamente com o proponente classificado em primeiro lugar, para que seja obtida a melhor proposta;

o) devolução dos envelopes contendo os Documentos de habilitação dos licitantes remanescentes, com exceção dos documentos dos licitantes com propostas classificadas para a fase de lances, que ficarão retidos até a data de assinatura do contrato pelo licitante vencedor;

p) comunicação do resultado do julgamento, declarando o licitante vencedor, após o que os demais licitantes poderão recorrer da decisão da CGL, quando lhes será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação do recurso, ficando aqueles que não recorreram desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

q) em caso de suspensão da sessão do RDC, os documentos ficarão sob a guarda da CGL, para exibição na data a ser marcada para realização da sessão de prosseguimento do RDC;

12. JULGAMENTO.

O RDC será julgado pela CGL Licitação da seguinte forma:

12.1. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital.

12.2. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital.

12.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

12.4. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o **MAIOR DESCONTO**, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços previstos.

12.5. Toda a documentação e proposta deverão ser apresentadas à época pertinente, ordenada na forma deste Edital.

12.6. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

13. DO DESEMPATE.

13.1. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas

MEs e EPPs sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

13.1.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- c) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma da alínea "a", serão convocadas as MEs e EPPs remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 13.1., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no item 13.1., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

13.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

13.4. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, através do e mail licitacoesrg@gmail.com, no horário de atendimento do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande, no horário das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos), fora deste horário não serão aceitos.

14.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação.

14.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, podendo tais atos serem protocolados no GCLC, no horário de expediente, bem como serem enviados, dentro do prazo limite, por e mail licitacoesrg@gmail.com, sendo nesta última hipótese da inteira responsabilidade dos licitantes a comprovação da tempestividade dos atos.

14.4. Os recursos previstos para julgamento das propostas e habilitação das empresas serão exercidos em fase recursal única conforme previsto neste Edital.

14.5. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.6. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo.

14.7. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela CGL.

14.8. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento.

14.9. A licitante que injustificadamente recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a licitante que **OFERTAR O MAIOR DESCONTO** encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

15.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 8.4., sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

15.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Edital e anexos se encontram a disposição dos interessados no site www.riogrande.rs.gov.br – Portal Transparência.

16.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas através do e mail licitacoesrg@gmail.com, até 05 dias imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

16.2.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I - Cronograma, Memorial descritivo, planilha e BDI;

Anexo II - Minuta de contrato;

Anexo III - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo IV- Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação Anexo;

Anexo V - Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores;

Anexo VI- Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Superveniente à Habilitação;

Anexo VII - Modelo de Declaração de M/EPP;

Anexo VIII - Modelo de declaração de não emprego de Funcionário Público Municipal.

16.3. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

16.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta ao presente Processo Licitatório.

16.5. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

16.6. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81da Lei n.º 8.666/93.

16.7. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados o Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, e entregues dentro dos prazos previstos na Lei nº 8.666/93 e alterações, através do e mail licitacoesrg@gmail.com.

16.8. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

16.9. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

16.10. Onde este Edital for omissa prevalecerão os termos da Lei Federal nº 1.2462/2011, do Decreto Federal nº 7581/2011 e, por analogia, conforme autoriza a Lei de introdução às Normas Brasileiras, os Termos da Lei 8.666/93, naquilo que não conflite com a específica do RDC.

16.11. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 26 de novembro de 2020.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.